



*

Relatório de apresentação do trabalho de levantamento das categorias do INRC

**Natividade
Estado do Tocantins**

*

Equipe

Dra. Sandra Maria Faleiros Lima – UFT – campus Arraias

Dra. Helena Miranda Mollo - UFOP

Msc. Sonia Maria F. Neiva - UFT – campus Arraias

Msc. Valdirene Gomes dos Santos de Jesus UFT – campus Arraias

Raphael Mendes – Fotógrafo

Marco Alencar- Kim – Cinegrafista/ Editor de vídeo

Vanesca Maria da Silva Matos – equipe de cinegrafia

Celso Bastos – Áudio

Eunice dos Santos Moura - estagiário

Hueberston Veríssimo Ribeiro - estagiário

Gisela Morena de Souza UFOP

Piero di Cristo Carvalho Detoni UFOP

Tatiana Hundrel UFOP

Colaboração

Raquel Nery

*

Tinha muito ouro, né?

D. Coraci: Tinha, mas era na cidade tudo! Quando nasceu o ouro nasceu o Brasil, num é?

*

O presente relatório se refere ao processo de levantamento dos dados para o Inventário Nacional de Referências Culturais da cidade de Natividade, no Estado do Tocantins, para a compreensão da atividade da ourivesaria como uma prática que identifica a comunidade local. O ofício da ourivesaria não pode ser visto de forma apartada de outras manifestações, como a celebração do Divino, a saída da folia do Sítio Jacuba de D. Romana, a festa da Padroeira, a festa do Bonfim, a confecção dos bolos e biscoitos de D. Naninha. Estas festas, práticas, personagens e saberes identificam a cultura imaterial de Natividade, cujo levantamento foi realizado durante os meses de março a dezembro de 2007.



70 joia - pombinha do Divino em filigrana
- Foto Raphael Mendes 2007



67 festa do Divino Foto
Foto Raphael Mendes 2007



2 folia d. Romana
Foto Raphael Mendes 2007



6 Festa da Padroeira - Ana Braga –
Belarmina Nunes - Acervo Asccuna



6 Romaria Bonfim - primeiras missas -
Foto Valdirene Jesus 08-2007



16 bolos do Divino -
Foto Raphael Mendes 2007

O processo de rememoração, característico do método da história oral, informa, na comunidade nativitana, um conjunto de expressões ligadas ao ofício da ourivesaria, e este ligado a um passado já distante. O fabrico de jóias em Natividade está baseado em técnicas tradicionais, aprendidas com mestres ourives, como mestre Juvenal Rodrigues Pinto de Cerqueira, personagem central da arte em Natividade, e morto em 1979. Foi Juvenal quem ensinou a arte a alguns aprendizes, hoje mestres em atividade e donos das duas oficinas de jóias da cidade, onde também ensinam seus aprendizes. Os mestres ourives podem ser vistos como “mestres da arte”, de acordo com a proposta de Regina Abreu em trabalho sobre o programa francês de preservação dos ofícios tradicionais¹. Segundo a autora, estes são definidos “como artesãos de arte reconhecidos pela excelência e raridade de suas competências. Este título é concedido a um mestre que esteja capacitado a transmitir sua técnica a um aluno escolhido, na busca de perenização do seu ofício.”



Mestre Ourives Juvenal Rodrigues Pinto de Cerqueira - Foto Acervo Asccuna



¹ ABREU, Regina. “‘Tesouros humanos vivos’ ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do ‘Mestres da Arte’”. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 85.

Mestre Wal – oficina - Foto Raphael Mendes 2007



Mestre Jesumar – oficina - Foto Raphael Mendes 2007

Mestre Biza – oficina - Foto Raphael Mendes 2007



Aprendizes – oficina M. Juvenal - Foto Raphael Mendes 2007

A preocupação com o resguardo dos bens materiais – o patrimônio – no Brasil data dos primeiros momentos da República, a partir, principalmente, do movimento cultural dos anos 1920, quando os aspectos tipicamente nacionais eram inventariados, catalogados, registrados para que se organizasse uma identidade nacional a partir dos elementos mais típicos da nossa cultura. A década de 1930 tornou o patrimônio uma preocupação política e foi fundado, em 1937, o Sphan, dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Estabelecia-se uma política de salvaguarda de bens, como edificações e obras de arte.

A Constituição de 1988 inaugura, na política de preservação do Brasil, a importância de uma outra dimensão do patrimônio: os bens culturais imateriais. Patrimônios imateriais são, segundo a Unesco, as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos, e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”².

O levantamento realizado trata, amplamente falando, dos principais referenciais culturais da comunidade nativitana. A compreensão dos dados, a sua “tradução”, só pôde acontecer, colocando-os em uma perspectiva de contextualização histórica, pois, de acordo com Márcia Chuva, “a linguagem histórica deve ser compreendida enquanto tradução de linguagens culturais, com suas temporalidades próprias”³. A historiadora

² <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSeao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Último acesso: 21/11/2007

³ CHUVA, Márcia. “A história como instrumento na identificação dos bens culturais”. In: MOTTA, Lia & SILVA, M.B.R. (org). Inventários de Identificação. Rio de Janeiro: Iphan, 1998, p. 42.

indica caminhos metodológicos em que a história é peça fundamental para a construção dos inventários de conhecimento, e aponta duas questões importantes:

a tradução decifra códigos, tornando-os inteligíveis, numa nova linguagem, b) nada disso se faz com neutralidade, inocência ou isenção de valores. O historiador faz, com essa tradução de outras linguagens culturais distintas da sua, representações da própria linguagem, isto é, nos códigos do presente – seu tempo e espaço precisos e delimitados. Decifrar significa destrinchar um determinado código, compreender sua lógica e as relações que estabelece, e traduzi-lo para o código com que, como homem do presente se comunica, vive e se relaciona com o mundo.⁴

No trabalho de pesquisa realizado em Natividade, as referências culturais (e sua tradução, de acordo com a citação acima feita) são tratadas na perspectiva extensa de tempo, pois, quando se fala em processo de formação das identidades, o olhar é necessariamente voltado para a construção na longa duração. Neste inventário, a longa duração é utilizada de acordo com a proposta de Fernand Braudel em seu texto clássico de 1958⁵. Para o autor, as camadas de tempo e espaço mostram lentos processos formativos de coletividades, de práticas econômicas, de trocas culturais, de transformação da natureza. A importância da percepção das práticas culturais na longa duração é que ela permite que se conheçam os movimentos de transformação identificados com a aceleração do tempo, como, no caso de Natividade e o ofício da ourivesaria, a aquisição de novas técnicas na produção joalheira coabitando com o próprio saber tradicional, passado às gerações mais novas através de uma relação próxima e marcada pela oralidade. Este mosaico de acelerações e estagnações, de transformações e permanências só pode ser percebido na duração mais lenta.

Em relação, ainda, ao papel do tempo para a compreensão das referências culturais da cidade de Natividade para a proposição da filigrana ali produzida como patrimônio imaterial, a vinculação da comunidade nativitana com a sua joalheria traz o passado à tona como um espaço de referências sobremaneira importante. A ourivesaria nativitana só pode ser compreendida se a virmos em uma cultura forjada no contexto da mineração, em um longo território que se espraia pelos Caminhos Novo e Velho, que ligavam Parati, no Rio de Janeiro, às regiões auríferas e diamantíferas, além de estabelecerem a ligação da Serra de Natividade ao complexo da Serra Geral.

⁴ **Idem, ibidem**, p. 42

⁵ BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais”. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.



Crucifixo em ouro - peça com mais de 100 anos da família do mestre ourives jesumar Borges - Foto Raphael Mendes 2007



Peça em ouro – com design moderno desenvolvida pelos atuais ourives depois de 2004 -Foto Raphael Mendes 2007

A relação passado/presente no levantamento das referências culturais que envolvem a ourivesaria nativitana mostra-se mais do que importante, mostra-se um eixo. Segundo Ruben George Oliven, “quando falamos em patrimônio cultural, estamos nos referindo direta ou indiretamente ao passado, o qual a exemplo do que ocorre com a tradição, é sempre construído a partir do presente”⁶. A citação é interessante, visto que nas informações obtidas nas entrevistas realizadas com os habitantes de Natividade a vivência do presente é constantemente avalizada pelo passado. À primeira vista, esta afirmação parece desnecessária e redundante, visto que todas as sociedades, em graus diferentes, organizam seus processos identitários no tempo. Em Natividade, contudo, o presente é expressivamente marcado pela herança do século XVIII. Mais do que uma origem, as ruínas de São Luis na Serra, por exemplo, marcam o sentido daquela coletividade no presente, pois o ouro do passado faz parte, ainda hoje, do “horizonte de expectativas”⁷ dos nativitanos.⁸ A Serra é mais que um ponto de referência geográfico para Natividade; é o seu espaço e seu momento fundadores. Assim, paisagem natural se transforma em paisagem construída. Não se quer afirmar com isso que os lugares e objetos têm significado em si, e não aquele atribuído por agentes sociais. No levantamento realizado, salienta-se que a importância de lugares, objetos e práticas se verificam no tempo, que os nativitanos se referem às suas práticas sociais como identidades construídas na duração (com períodos de retração de algumas destas práticas, como o ofício de ourives, após 1979).

=‘pppppppppppppppç=}}

⁶ OLIVEN, Ruben George. “Patrimônio intangível: considerações iniciais”. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 77.

⁷ Aqui utilizamos a idéia de Reinhardt Koselleck sobre o campo de experiências e horizonte de expectativas. O autor as especifica em *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁸ Afirma-se aqui constantemente a importância do ouro na vida dos nativitanos não só em relação ao passado, mas também ao presente, de acordo com os dados apontados por estudos atuais, como o ouro de Natividade. Estado do Tocantins. Informe de Recursos Minerais produzido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Diretoria de Geologia e Recursos Minerais/Departamento de Recursos Minerais/Superintendência Regional de Goiânia, 2000.

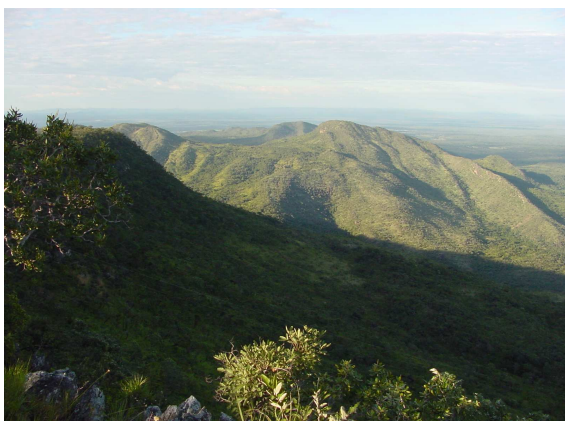
A presença da serra na fala dos nativitanos traduz a comunhão de uma comunidade com seu lugar. Ele está repleto de referências e elementos simbólicos no que se refere ao surgimento da cidade de Natividade a partir das ruínas de São Luiz:

A serra de São Luiz é onde tudo começou, a primeira cidade foi começada em cima da serra, a importância da quantidade de ouro que tinha, a quantidade de escravos era 40 mil, veio senhores de várias partes pra cá... eu acho que a serra é onde começou a nossa história de... Natividade⁹

A cidade nasceu nas ruínas (na serra)... da primeira cidade chamada antigo Arraial de São Luiz em homenagem a dom Luiz de Mascarenhas, antigo governador de São Paulo, então vieram diversos bandeirantes pra cá em busca do ouro... faz mais de 300 anos... existem outras ruínas na serra, mas esta da cidade é a maior e a mais preservada,... Conforme o ouro foi se esgotando eles descenderam para a encosta ocidental que lá recebeu o nome de Natividade¹⁰

Natividade foi uma cidade que foi originária através do ouro... os escravos lá em cima dessa serra... eles extraíam o ouro manualmente¹¹.

A origem dela é da bandeira dos portugueses, que adentraram aqui em busca das minas de ouro... isso aqui foi uma das principais jazidas de ouro daquela região..." (da serra).¹²



Alto da Serra - Fundação Aroeira 2005



Alto da Serra - Fundação Aroeira 2005

Os movimentos de preservação e de re-significação do passado não são um dado novo para o povo de Natividade. Desde a década de 1980, os habitantes vêm participando do processo de preservação de suas referências mais significativas. Os elementos escolhidos indicam as construções identitárias elaboradas, como, por exemplo, o que pode ser visto no brasão da cidade, que figura na capa deste relatório. Apesar de estar presente a atividade pecuária, característica da atividade econômica da região a partir de início do século XIX, em primeiro plano está a garimpagem. A imagem é importante, pois remete não só à atividade fundadora da cidade, mas ao tipo de ouro encontrado em

9 Entrevista – vídeo - TO010007F1A2 nº42 Ourivesaria / Natividade Tocantins - Felisberta que se apresenta como cidadã nativitana, afro descendente e dançarina de sùssia

10 Entrevista – vídeo - TO010007F1A2 nº42 Ourivesaria / Natividade Tocantins - Flavio, condutor turístico

11 Idem Joaquim Cerqueira – procurador da sorte do divino

12 Idem Alarico Suarte – antigo morador da cidade

Natividade em seu início. É sobremaneira emblemática a imagem da extração de ouro; uma recorrência a cena da bateia peneirando as águas dos rios.

Ela (a cidade) surgiu com o ciclo do ouro... com o ouro descoberto em grande abundância... pelos bandeirantes. Em Goiás entrou o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva e aqui o sobrinho dele Antonio Ferraz de Araújo que entrou com sua bandeira e descobriu as riquezas grandes de ouro que estão aqui..dessa época ficou aí igrejas a igreja da nossa senhora da natividade...passado o apogeu do ciclo do ouro veio uma época decadente até firmar novamente a pecuária de corte.¹³

O ouro corria aí... rodava na água aí no chão, na terra... dava uma chuva grossa você só via gente aí catando ouro.¹⁴

O ouro era em quantidade e em nível de superfície era bem mais raso... que era onde os bandeirantes trabalhavam..nós garimpeiros mesmo trabalhando nesse nível chegamos a descer e ver galerias nesse nível de 15 a 18 metros até onde eles chegaram inclusive o vestígios deles como aroeiras de bancada nesse nível..aterramento... pedras de escora foi encontrado esse tipo de material nessa profundidade.¹⁵

No primeiro parágrafo deste relatório está o objeto central do levantamento: a ourivesaria como um feixe de referências da comunidade nativitana. Percebeu-se, através das entrevistas, dos textos de divulgação da cidade colhidos na Prefeitura Municipal e na *Internet* (sites da Prefeitura Municipal de Natividade e da Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins) que a jóia produzida na cidade (e sua história vinculada à mineração) é mais que uma atividade econômica; é um símbolo do lugar. No Brasil, somente Natividade, no Estado do Tocantins, possui uma produção artesanal de jóias em filigrana feita em ouro e prata. Esta produção tradicional, ancorada em técnicas que atravessam o tempo, está de acordo com o que a Unesco define para o patrimônio cultural imaterial, que acima já foi referido, mas é importante destacar um outro fragmento complementar:

O conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os

13 Idem. Este relato é feito pelo prefeito de Natividade.

14 Entrevista com o Senhor Alarico Suarte, antigo morador da cidade, TO010007F1A2A nº34A52, TO010007F1A2A nº34A14.

15 Entrevista – vídeo - TO010007F1A2 nº42 Ourivesaria / Natividade Tocantins – Adelmo – garimpeiro e líder da associação dos garimpeiros.

festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber-fazer” dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.¹⁶

Nas manifestações concernentes ao patrimônio imaterial não se pode desprezar a cultura material, que se refere a “todo segmento do universo físico socialmente apropriado”¹⁷. É interessante, então, perceber o sentido material e imaterial dos objetos. Parece, à primeira vista, redundante a alusão à materialidade dos objetos, mas, nesta, estão presentes dados que informam a importância das próprias peças, como a matéria-prima utilizada, as ferramentas, a circulação das peças através da venda, e, especificamente no caso da ourivesaria de Natividade, o saber-fazer. No que tange à imaterialidade, as peças possuem podem ser vistas sob diversos ângulos. No âmbito da compra e venda importam os seguintes dados: quem pode comprar, quais as peças mais vendidas e em quais ocasiões são vendidas, qual o significado das formas, quando são usadas.

O prefeito¹⁸ de Natividade explica a respeito da importância das jóias da cidade para os nativitanos:

a criança quando nasce... um recebe um divino, a menina... recebe um brinco de cachinho de uva, de flor de maracujá... e a menina quando faz 15 anos recebe o coração de filigrana... recebe uma pulseira escrava... então são peças que já identificam, que estão no cotidiano da sociedade nativitana e independente do poder aquisitivo... desde as pessoas mais humildes até as pessoas de melhor situação econômica todas elas tem esse vínculo com essas peças..

eu tenho um peixinho que eu ganhei no dia que eu nasci..então o significado não é só aquela peixe..o significado é que eu ganhei no dia em que eu nasci...Eu recebi um símbolo cristão.¹⁹

Em artigo intitulado “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”, Ulpiano T. Bezerra de Menezes lembra a importância que têm os “objetos materiais nos processos de rememoração, que ocorrem num universo que é tanto de palavras quanto de coisas”²⁰. Quanto ao papel dos objetos na compreensão das formas culturais das coletividades, alguns autores apontam uma certa tensão entre as definições

16 ABREU, Regina. “ ‘Tesouros humanos vivos’ ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do ‘Mestres da Arte’ ”. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 77.

17 MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. Último acesso em 20/06/2008.

18 Entrevista – vídeo - TO010007F1A2 nº42 Ourivesaria / Natividade Tocantins – prefeito

19 idem –Simone Camelo Araújo do programa Monumenta e da associação cultural da cidade

20 Idem ibidem, p. 2

de cultura e cultura material fazendo com que sejam realidades totalmente apartadas.²¹ Para Marcelo Rede, alguns trabalhos, principalmente da Antropologia, têm apontado, ao contrário, em uma diferente direção:

abordagens alternativas na própria Antropologia têm visto a cultura material em um contexto em que se evidenciam fatores como a adaptação ecológica ou a organização política (...) A contextualização é, aliás, o motor da análise proposta: se existe um *contexto conceitual*, que remete ao universo mental do criador (à manipulação tecnológica de materiais; às escolhas de produção), existe igualmente um *contexto físico* que se refere a uma nova ordem espacial e temporal em que o objeto se associa a outros objetos e a um mundo social. Centralizar a análise em objetos em *movimento* em contextos de produção e consumo, mais do que em objetos isolados, permitiria um melhor entendimento da dinâmica social do grupo.²²

O significado da ourivesaria e de seus objetos, para Natividade, encontra-se, assim, em um universo que informa necessária e diretamente o passado. De acordo com o autor de “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”, os artefatos evocam

processos cognitivos encarnados (...) estão eles marcados por uma inserção física no universo material. A exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória (...). Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente.²³

Assim podem ser vistas as jóias de Natividade, como “processos cognitivos encarnados”. Neste processo, está o papel da memória e das escolhas feitas pela comunidade. Pode-se, então, estender a compreensão de “processos cognitivos encarnados” a lugares, como as ruínas e a própria Serra, onde estão os marcos fundadores da cidade. Cabe, desta forma, uma aproximação entre o que propõem os textos de Ulpiano T. B. de Menezes e Marcelo Rede à proposta de Pierre Nora para os “lugares de memória”.²⁴ Nos inventários para os processos de preservação estão as escolhas feitas pelas comunidades, onde elas localizam fisicamente seus emblemas.

²¹ A tensão entre cultura e cultura material é trabalhada por Marcelo Rede no artigo intitulado “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. In: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. São Paulo. N. Série. Volume 4, jan-dez, 1996.

²² REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. In: **Anais do Museu Paulista**. História e Cultura Material. São Paulo. N. Série. Volume 4, jan-dez, 1996, p. 268-9.

²³ Idem, *ibidem*, p. 269.

²⁴ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, 3 vols.

No que tange à importância da ação de rememorar para a compreensão das escolhas das coletividades no tempo, Halbwachs²⁵ estabelece a distinção entre duas memórias – a autobiográfica e a histórica. Segundo ele, a primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história. Para o autor, a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso, enquanto a histórica não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática. Mas a memória coletiva não se confunde com a histórica. Esta, sem dúvida, é a coleção dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras do grupo social. Em Natividade, a relação entre a memória individual e a coletiva pode ser identificada através das escolhas feitas na relação passado/presente.

Os nativitanos confluem memórias individuais e memória da comunidade, em dois principais momentos: a ourivesaria e a celebração do Divino. Nestas duas referências da comunidade, vêem-se estas construções se entrelaçarem. Tal processo pode ser visto na fala de Belarmino Rumão, catireiro, sobre a antigüidade e importância (dada, sobretudo, pelo afastamento no tempo, enraizando a festividade na comunidade). Perguntado se a festa do Divino acontece há muito tempo, ou se sempre existiu em Natividade, ele responde:

Sempre, sim. Natividade tem 272, 273 anos já emancipada e eu não tenho certeza se quando Natividade foi emancipada já existia a folia. Sei que quando eu me entendi já havia meus pais...²⁶

Em **A retórica da perda** (1996)²⁷, José Reginaldo Santos Gonçalves apresenta as várias questões que envolvem a discussão sobre o patrimônio cultural. Há sempre, segundo o autor, uma questão que envolve discursos de perdas, inúmeras perdas concernentes mesmo à história, que, no âmbito da duração, acaba por promover a transformação incessante de objetos e valores. As discussões sobre o patrimônio envolvem, portanto, um desafio sobre a permanência e a transformação, sobre a lembrança e o esquecimento.

²⁵ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1994.

²⁶ Entrevista concedida em 23/08/2007.

²⁷ GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

Retorna-se, então, ao problema da memória e seu papel como dado para a investigação das produções coletivas. A história oral, e, mais especificamente, a modalidade trajetórias de vida são o primeiro movimento da pesquisa das referências culturais; são os indicativos da “experiência e significações sociais”²⁸. Em alguns trabalhos, como o de Alberto Lins Caldas²⁹, há uma proposta para a História Oral como um método de “desnaturalização”, visto que a análise impõe a transferência do discurso para um outro âmbito, o de documentação.



Território e comunidade

Território e comunidade são indissociáveis. Ao lado das práticas, saberes, celebrações, ofícios está a lenta transformação da paisagem, da paisagem natural em vilas, arraiais e cidades. A paisagem não é um dado pronto, é um conjunto de significados construídos no tempo. Segundo Paul Claval:

A paisagem desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimentos, de atitudes e de reflexos dos quais temos necessidade para viver: ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive, e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza; este cenário está carregado de lembranças históricas cuja significação é apreendida pouco a pouco. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura. Mas ela é, também, o lugar onde as atividades humanas gravam sua marca.³⁰

Assim pode ser descrita a Serra de Natividade ou Serra dos Olhos d' Água: “o lugar onde as atividades humanas gravam sua marca”, de acordo com a citação acima. Tornada paisagem construída, a Serra faz parte do entorno que compõe o núcleo

28 GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Teresa Kleba. “Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida”. In: Revista Katál. Florianópolis, v.10, no especial, 83-92, 2007.

29 CALDAS, Alberto Lins. Oralidade, texto e história. Para ler a história oral. São Paulo: Edições Loyola: 1999.

30 CLAVAL, Paul. “A geografia cultural: o estado da arte”. In: Corrêa, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ 1999, p.92

tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas ela não fez parte do processo de tombamento, apesar de sua reconhecida importância em relação ao núcleo urbano datado do século XVIII. Vê-se a importância da Serra no estudo realizado por Márcia Chuva intitulado **Subsídios históricos para o estudo de tombamento do conjunto de Natividade**:

o valor paisagístico e mesmo ecológico da serra é inegável e deve ser considerado. Por outro lado, não deve ser único, pois conceberia a mesma com função apenas de emolduramento de um espaço urbano a ser preservado, atribuindo-lhe, desta forma, valor exógeno, quando o essencial é a relação histórica que mantém com o núcleo urbano. A história do homem é a de fatores que explicam o conjunto historicamente determinado: núcleo urbano e serra.³¹

A Serra, segundo Raquel da Costa Nery, se tivesse feito parte do núcleo tombado, teria significado um avanço em relação ao processo de preservação. Para a arquiteta:

O processo de tombamento, na década de 1980, prometia ser um modelo de como a preservação de interesse arquitetônico e histórico poderia estar integrada à preservação da paisagem natural, ao indicar a proteção da Serra de Natividade, fator de origem da cidade. Seu vínculo com o núcleo histórico é evidente: lá estão os vestígios das primeiras atividades de extração de ouro como ruínas de diques, canais e de abrigos residenciais (...) A proteção da vertente ocidental da Serra acenava como uma revigorante expressão do conceito de patrimônio, que prometia integrar a paisagem construída à paisagem natural. Entretanto, por questões que fogem ao interesse preservacionista, foi excluída, o que foi sem dúvida uma perda para a cidade e para a compreensão do processo histórico de ocupação do interior do Brasil.³²

Quando se colocam próximos a memória, o território e a comunidade reencontra-se um clássico da Sociologia de fins do século XIX e início do XX: Ferdinand Tönnies³³. O autor de **Comunidade e sociedade** influenciou vários intelectuais brasileiros, como Florestan Fernandes, por exemplo. A obra foi publicada em 1887 tem papel

³¹ In: CHUVA, Márcia. **Subsídios históricos para o estudo de tombamento do conjunto de Natividade**. Setor de Tombamento da DTC/SPHAN. Rio de Janeiro, 1985.

³² In: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000400008&script=sci_arttext Último acesso em 18/05/2008

³³ MIRANDA, O (org). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: Edusp, 1995; BRANCALEONE, C. "Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies". In: <http://www.iuperj.br/publicacoes/forum/csoares.pdf>. Último acesso em 15/06/2008

fundamental para o estudo das formações sociais e o conceito de nação. Na formulação de Tönnies, as “comunidades de lugar” são fundamentais para se pensar as comunidades que não se identificam pelos laços de sangue. Segundo Lifschitz citando o sociólogo alemão, as comunidades de lugar têm “uma vida em comum, partilhada e duradoura em que os indivíduos mantêm laços de convivência desde o nascimento”³⁴. As “comunidades de espírito” não estão mais “definida[s] por vínculos de sangue, e sim por vínculos imateriais que ligam os indivíduos como parte de uma mesma unidade metafísica”³⁵.

Hoje resgatado, sobretudo, pela Antropologia, Tönnies é trazido para a análise das comunidades que se formam em um mundo de rápida mutação. Os grupos formados por interesses, sejam eles a devoção religiosa ou as comunidades virtuais, hoje muito em voga, têm como um de seus destaques uma desterritorialização. O espaço de encontro das pessoas não é mais necessariamente um espaço físico, e o interesse em comum é o que promove a coesão do grupo. Nas releituras de Tönnies estão as propostas, a partir das comunidades de espírito, das neocomunidades, que, baseadas na aceleração das transformações realizam “reconstruções de territórios e saberes”³⁶. Esta proposta alia a proposta das comunidades de espírito ao pensamento mais contemporâneo de Nestor G. Canclini, sobre comunidades populares na América Latina³⁷ e os processos de salvaguarda de seus patrimônios, em um momento de intensa hibridação, a partir, principalmente, da década de 1970.

Para pensar-se Natividade, no inventário de suas referências culturais, a proposta de Tönnies quanto às comunidades de espírito é fundamental. É lícito pensar como fatores de coesão da comunidade nativitana, os seus laços, a ourivesaria e os festejos do Divino, que, por sua vez, vêm se amalgamando no tempo.

³⁴ LIFSCHITZ, Javier Alejandro. “Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, no. 38, jul-dez de 2006, p. 71

³⁵ Idem, ibidem, p.71

³⁶ Idem, p. 67-85

³⁷ CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2003.



Alto da Serra 13 - Fundação Aroeira 2005



Cidade do Alto da serra 24 Fundação Aroeira 2005



Casa Mestre Bernardino S. Fernandes



Casa Mestre Antônio Nunes



Casa mestre Juvenal

Fotos Raphael Mendes 2007



Praça São Benedito foto Raphael Mendes 2007



Ruina Nossa Senhora do Rosário dos pretos foto Raphael Mendes 2007



Praça da Matriz foto Raphael Mendes 2007



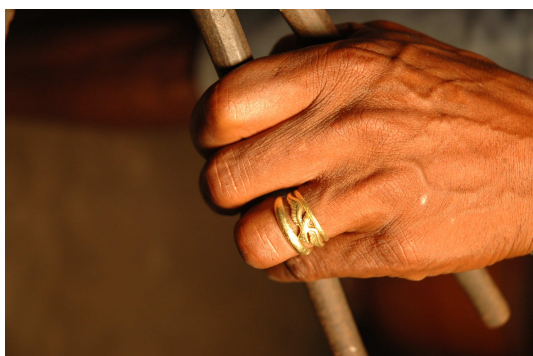
Coroa da Santa Foto acervo ASCCUNA



Praça da Matriz 31 foto Raphael Mendes 2007



Praça da Matriz – festa do divino foto Raphael Mendes 2007



Detalhe anel Divino Ferreiro - Foto Raphael Mendes - 05- 2007



Parteira Adelina vestindo o Divino - Raphael Mendes - 2007



Divino Foto Raphael Mendes - 2007

O Processo de Trabalho: formação da equipe, levantamento documental e etapas do processo

Ao longo do período entre março e dezembro de 2007 foi realizado um amplo levantamento de dados para o INRC do Município de Natividade, no Estado do Tocantins. A comunidade foi visitada por diversas vezes quando foram realizadas mais de uma centena de entrevistas formais e informais com dezenas de pessoas, que transformaram esse patrimônio, que lhes imprime marcas de identidade individuais e coletivas. Nestes momentos foram realizados registros fotográficos³⁸ e videográficos.³⁹ Ao longo do trabalho foram inventariados 90 bens culturais: 10 celebrações, 7 edificações, 22 formas de expressão, 33 lugares, 18 ofícios ou saberes, que compõem o Anexo de Bens Culturais do Relatório. A equipe optou pela identificação (com preenchimento de ficha de identificação) de 23 destes, elencando-os como os mais vinculados e portadores de sentido em relação à Ourivesaria - objeto de estudo para o Registro. O eixo do trabalho de pesquisa para o registro da ourivesaria perpassa a relação historicamente construída entre as celebrações e formas de expressão, e os lugares agenciados pelos sujeitos que constituíram e constituem a história e a vida da cidade.

Assim se compunha a equipe inicial do trabalho

Dra. Sandra Maria Faleiros Lima – UFT – campus Arraias

Dra. Helena Miranda Mollo - UFOP

Dra. Jocyléia Santana dos Santos - UFT – campus Palmas

Dra. Juciene Ricarte Apolinário – UFT- campus Porto Nacional

Msc. Sonia Maria F. Neiva - UFT – campus Arraias

Msc. Valdirene Gomes dos Santos de Jesus UFT – campus Arraias

Raphael Mendes – Fotógrafo

Marco Alencar- Kim – Cinegrafista/ Editor de vídeo

Vanesca Maria da Silva Matos – equipe de cinegrafia

³⁸ Foram tiradas mais de mil fotos.

³⁹ Foram feitas mais de vinte horas de filmagem, entre entrevistas e imagens, gerando dois vídeos, um de 56' e outro de 15'.

Celso Bastos – Áudio

Eunice dos Santos Moura - estagiário

H ueberson Veríssimo Ribeiro - estagiário

Wátila M. F. Bonfim - estagiário

Ângela M. Campos - estagiário

Valeria

Conceição

E mais tarde foi alterado o corpo de monitores com o acréscimo de

Gisela Morena de Souza UFOP

Piero di Cristo Carvalho Detoni UFOP

Tatiana Hundrel UFOP

E a saída

Wátila M. F. Bonfim - estagiário

Ângela M. Campos - estagiário

Valeria Gomes - estagiário

Conceição Marques - estagiário

Nos primeiros meses de realização do trabalho, as pesquisadoras Juciene Ricarte Apolinário e Jocyléia Santana dos Santos deixaram de fazer parte da equipe.

A saída de pesquisadores e a dificuldade de inserir novos elementos no trabalho trouxeram algumas dificuldades ao grupo e a realização do trabalho.

Para realizar este estudo visando o registro da ourivesaria no município de Natividade/TO, foi necessária uma ênfase na diversidade não só de sua produção material, mas também dos sentidos e valores, signos e símbolos a ele atribuídos pelos diferentes atores, bens e práticas sociais. Desse modo foi necessário um olhar sobre as representações que constituem a identidade do município de Natividade para seus habitantes, pois esta se expressa em sua paisagem, suas edificações e objetos, seus fazeres e saberes, suas crenças, suas celebrações, suas tradições, entre outros.

A metodologia utilizada para a realização apoiou-se nos princípios do diagnóstico participativo, da história oral e da memória, bem como de uma revisão bibliográfica e breve revisão iconográfica e documental. Uma pesquisa dessa natureza exige diálogo e

participação constante dos membros envolvidos no projeto. O que se buscou foi um diálogo participativo e constante entre os membros da comunidade nativitana, os monitores e os pesquisadores. Na verdade o que se considera é que a construção seja coletiva. Ao situarem-se como produtoras de cultura, as comunidades em tela poderão se ver como agentes de uma história. Desta forma, conscientes de um processo histórico, poderão identificar as contradições da sociedade na qual se inserem.

Quanto ao levantamento das categorias, realizou-se a pesquisa em duas direções. Uma delas foi a pesquisa documental realizada no cartório da cidade de Natividade, onde os documentos não têm qualquer tratamento e organização. Este levantamento foi realizado pela professora Juciene Ricarte Apolinarios, quando ainda estava na Universidade Federal do Tocantins e monitores.

Os documentos encontrados relativos à Natividade eram, em sua maioria, testamentos *post-mortem*, e indicavam um momento em que a mineração já havia se retraído. Contudo, indicavam uma sociedade que tinha no ouro não só uma indicação de atividade econômica, mas também uma distinção de status social. Os objetos de adorno compõem um emblema do lugar social que os indivíduos ocupam.

Um outro levantamento documental foi realizado pela professora Helena Miranda Mollo, da UFOP, e monitores. Tal atividade se deu tendo como objetivo principal a coleta de dados sobre a construção do território onde se situa Natividade. O período investigado é anterior àquele trabalhado pela professora Juciene no cartório de Natividade; refere-se ao século XVIII e se refere aos documentos do Arquivo Ultramarino, hoje digitalizados através do Projeto Resgate. Nestes documentos encontram-se pedidos dos administradores da capitania à Coroa para que medidas fossem tomadas, no sentido de frear as investidas dos indígenas nos povoamentos que se iniciavam no século XVIII, na região da Capitania de Goyases.

Quanto ao território, ponto de ligação importante para as referências culturais da comunidade nativitana, também se mostrou necessário o levantamento da cartografia referente à sua formação ao longo dos séculos XVIII e XIX, também realizado pela equipe da professora Helena M. Mollo, na UFOP. As informações constantes nos mapas variam de um conteúdo que pode ser chamado de “étnico” (com os nomes das

populações indígenas qualificando os espaços nas cartas geográficas) para um outro mais referenciado na formação dos caminhos. Alguns mapas que constam do levantamento pertencem à série chamada Guia dos Caminhantes, de 1817, de autoria de Pardo, o Velho. Os mapas se encontram no acervo de cartografia histórica da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Neste relatório estão os mapas do Guia dos Caminhantes, mas deve-se advertir que, apesar das inúmeras tentativas para aumentar a resolução das imagens, a impressão dos mapas implica a perda da visualização de informações. Assim, os mapas devem ser vistos no documento digital. A impressão é apenas registro.

O referencial cartográfico, contudo, não se refere somente à formação do território do Norte de Goiás e aos dados históricos dos caminhos das minas. Para os dados atuais, como formação do solo, vegetação, clima, as pesquisas se voltaram para as informações fornecidas pelo Ministério do Meio Ambiente e IBGE. O Projeto Bioma Cerrado foi importante para o conhecimento dos mapas relativos à fronteira agrícola e tabelas de evolução da vegetação antrópica. Os mapas seguem em anexo, mas devido ao volume da imagem eles também não foram impressos, devido à impossibilidade de realizar versões dos mapas, a partir dos dados das cartas elaboradas pelo IBGE. Outro conjunto de mapas e informações importante é o Atlas do Tocantins produzido pela SEPLAN-Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (<http://www.to.gov.br/Mapas>), de 2005. Neste Atlas, também em anexo a este relatório, encontram-se as principais informações geográficas do Estado, e, assim, ver Natividade em um contexto regional amplo. Estas imagens também não estarão impressas e seguem em formato digital.

Os dados para a elaboração do perfil socioeconômico foram obtidos através do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU), produzido pelo Ministério das Cidades, e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, de 2000, elaborado pelo PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. O Plano Diretor da cidade de Natividade, de 2005, também foi importante para o conhecimento de um perfil da cidade, bem como a compreensão daquilo que faz parte do presente da coletividade, e quais as suas perspectivas para o futuro em face não só à região, mas também a um contexto mais amplo, nacional. A ficha do sítio reflete as pesquisas nestes três ambientes, e as tabelas referidas na parte “educação” constam deste relatório e também seguem anexas à ficha do sítio.

Para a compreensão dos aspectos de preservação e das transformações urbanas, bem como o significado do centro histórico e da Serra de Natividade para a coletividade foi de suma importância o conhecimento do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Natividade finalizado em 1987.

A bibliografia que consta da pesquisa e segue em ficha específica se refere exclusivamente à preocupação de inserir Natividade em um contexto histórico mais amplo, no conjunto de cidades que se formam na capitania de Goiás ou Goyases⁴⁰, e outras, como Minas Gerais, em um outro momento de inserção, um conjunto mais amplo, pensando a formação territorial do que aqui chamamos de cultura aurífera. Com a expressão “cultura aurífera” indica-se um conjunto de aspectos sociais e históricos que formam uma trama cultural específica, a partir de um território formado através da mineração⁴¹. Este conjunto, além do aspecto fundador da mineração apresenta características de comunidades tradicionais, como o exercício de determinados ofícios e técnicas praticados há gerações. Em Natividade, há ofícios, além do de ourives, como o de raizeira, o de boleira e o de parteira, que partilham este universo da tradição. Ainda no que se refere à bibliografia, as escolhas teóricas seguidas no levantamento, preparo e análise dos dados estão não só nas notas de rodapé, mas também na bibliografia ao fim do presente relatório, mas são excluídas da ficha específica da bibliografia.

Um outro conjunto documental refere-se às entrevistas com os nativitanos. Foi feito um amplo levantamento entre os cidadãos e grupos de entrevistas foram formados, de acordo com as categorias do INRC. Na parte sobre as referências teórico-metodológicas estão as reflexões a respeito da importância da história oral em sua modalidade trajetórias de vida para a interpretação das entrevistas realizadas com a comunidade de Natividade. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado que norteou todo o trabalho em campo, tanto para sua realização quanto para os registros fotográficos e videográficos.

⁴⁰ Segundo o Plano Diretor de Natividade: Entre 1728 e 1740, pouco mais de uma década, foram fundadas algumas dezenas de arraiais, sendo que, pelo menos, a localização da maioria ainda remanesce. Além dos pioneiros Santana, Barra, Ferreiro e Ouro Fino, surgiram, na Capitania e posterior província de Goiás, Santa Rita, Anta, Santa Cruz, Meia Ponte, córrego de Jaraguá, Crixás, Traíras, São José, Arraías, São Félix, Pilar, Cavalcante, Natividade (São Luís), Carmo, Almas, Porto Real, Pontal, Corumbá, Bonfim, Santa Luzia, Santo Antônio, Flores, entre outros de menor porte e muitas fábricas ao longo das nascentes e córregos da famosa Serra Geral. In: Plano Diretor de Natividade, 2005, p. 25

⁴¹ Na primeira parte deste relatório preferiu-se detalhar as escolhas teóricas mais estruturantes do processo de levantamento dos dados. Neste momento ainda resta uma explicitação: a “cultura aurífera”. Esta formulação provém da matriz braudeliana sobre civilização material. Segundo Braudel, “acontece que uma zona de opacidade, muitas vezes difícil de observar por falta de documentação histórica suficiente, se estende sob o mercado: é a atividade elementar de base que se encontra por toda a parte e cujo volume é simplesmente fantástico. À falta de termo melhor, denominei essa zona espessa

As entrevistas realizadas apontam sempre para o passado, especificamente ao momento fundador da cidade, e a ourivesaria aparece como um aspecto tão fundador quanto a bateia e os canais na Serra, para a comunidade. Mas este ofício não está apartado de outros, certamente, tampouco de outras práticas culturais. A devoção ao Divino Espírito Santo, por exemplo, está enraizada nesta coletividade, e vê-se a preocupação com os preparativos o ano inteiro para a festa. A partir das entrevistas, soube-se que a festa estava, como a ourivesaria, correndo o perigo de cair no esquecimento, e passou, igualmente, por um processo de resgate, não com os incentivos de projetos que a ourivesaria recebeu, mas principalmente com a atividade de padre Joatan Bispo de Macedo junto à comunidade. Atualmente, a festa do Divino de Natividade é famosíssima e recebe devotos de variados locais, além de constar do *site* de divulgação da cultura tocantinense, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins.



Padre Joatan Foto Raphael Mendes 2007



Festa do Divino – jóias - Foto Raphael Mendes 2007

Natividade e os momentos da preservação

A mineração e a ourivesaria nativitana

A cidade de Natividade está hoje situada na parte oriental do Estado do Tocantins, e dista cerca de 218 km da capital, Palmas. É uma das cidades mais antigas da região, e sua fundação remonta à atividade mineradora que fez surgir uma série de localidades no interior do Brasil, entre vilas, cidades e arraiais. Alguns núcleos surgidos neste contexto desapareceram rapidamente com o fim do ouro, enquanto outros se dedicaram à pecuária (atividade não estranha ao contexto da extração aurífera) e puderam, desta forma, garantir sua sobrevivência.

Natividade, diferentemente das demais cidades fundadas a partir das descobertas das minas, não se identifica apenas com a extração do minério. Ali, houve a elaboração de uma ourivesaria em ouro e prata caracterizada pela fabricação de peças que aliam o tradicional, herdado de Portugal, como a filigrana, e o moderno, com a introdução, por exemplo, de fios de capim-dourado nas peças. A filigrana é a técnica de utilizar fios de ouro ou prata bastante finos, que, entrelaçados e soldados, formam uma delicada renda, transformando-se em peças inteiras ou podendo ser aplicados como detalhes em outros objetos.

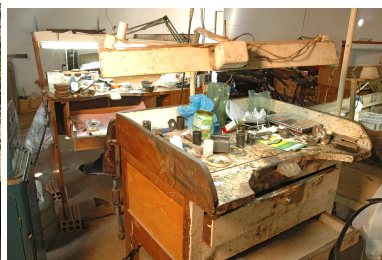
A jóia nativitana possui traços distintivos, marcantes, em relação à joalheria brasileira em geral, e identificam-se através da técnica joalheira vinda da Península Ibérica. Entre os trabalhos que apontam a relação entre a joalheria produzida na Península e na América está o de Maria José Goulão, intitulado “A ourivesaria baiana, mineira e pernambucana dos séculos XVII e XVIII e sua influência no ofício da prata em Buenos Aires”, apresentado no IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, realizado na Universidade Federal da Bahia, em 2000. Em relação às diferenças construídas no Brasil em relação à herança ibérica da ourivesaria está o trabalho de Silvia Hunold Lara sobre as vestimentas e jóias. Este trabalho é hoje um clássico da História Cultural no

Brasil. Segundo Erlaine Aparecida Januário, autora da monografia **A sociedade das aparências: Vila Rica (1789-1807)**⁴², os ornamentos são importantíssimos para se compreender a produção dos lugares sociais. Por sua vez, a autora remete-se a outro trabalho importante no que tange aos adornos utilizados na colônia. Trata-se do trabalho de Eduardo França Paiva e Cláudia Mól⁴³, que propõem que os ornamentos são fontes privilegiadas para se entender a sociedade colonial, principalmente nas cidades que fazem parte do contexto da mineração.

Em Natividade, as jóias são produzidas em duas oficinas: a do Mestre Wal e Mestre Bisa e a do mestre Jesumar. Os mestres que atualmente trabalham na cidade voltaram para Natividade no início da década de 1990, quando começou o processo de resgate das técnicas e práticas tradicionais do ofício de ourives.



F10 Oficina Mestre Jesumar



F11 Mesa de trabalho dos ourives



F12 Oficina Mestre Juvenal

Fotos Raphael Mendes 2007

Peças feitas em filigrana, como o coração português, o coração nativo, o brinco flor de maracujá, são características do trabalho lá desenvolvido. Outras jóias como a “peixa”, o anel escravo, o crucifixo e o relicário são modelos maciços ou feitos com placas trabalhadas, podendo ou não conter o trabalho em filigrana.



F1 Pombinha do Divino em filigrana



F2 brinco da peixa F2 brinco da peixa
Fotos Raphael Mendes 2007



F3 Coração

⁴² O trabalho foi defendido como monografia de Curso de Especialização em História de Minas Gerais, realizado na Universidade de São João del Rei, em 2003.

⁴³ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001. MÓL, Cláudia. **Mulheres forras**: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2001



F4crucifixo antigo



F5 Crucifixo antigo



F6 relicário



F7 anel escravo ou anelão



F8 pulseira escrava



F9 colar lantejola

Jóia em ouro –Fotos de Raphael Mendes 2007

O reconhecimento mais amplo da jóia nativitana como uma expressão importante da cultura brasileira vem desde a aprovação, em 2004, pelo Programa Monumenta do Projeto de Apoio às Jóias Artesanais de Natividade, uma ação “paralela ao projeto de restauração do patrimônio histórico”⁴⁴.

Em 1992, uma década antes do Programa Monumenta, de 2004, os próprios habitantes de Natividade tomaram para si a tarefa de não deixar a ourivesaria local desaparecer. Os mestres Bisa e Wal, que à época não moravam em Natividade, retornaram à cidade, e, junto à ASCCUNA, dirigida por Simone Camelo Araujo, começaram o resgate da ourivesaria local, e, principalmente da técnica da filigrana. Em 1996, implantou-se o projeto “Ourivesaria Mestre Juvenal”. Ele consistia num projeto de apoio às jóias artesanais de Natividade sob a responsabilidade da Fundação Cultural do Estado do Tocantins, em ação paralela com os projetos de restauração patrimonial que estavam em curso na cidade. Um dos objetivos do projeto era o de garantir a sustentabilidade da produção artesanal das jóias nativitanas, bem como verificar sua viabilidade como empreendimento joalheiro. Na verdade, neste processo o que se constata é a viabilidade do empreendimento em razão de alguns elementos fundamentais: o fácil acesso à matéria-prima, a competência dos artesãos, as jóias com alto valor agregado a partir de técnicas quase esquecidas e pouco difundidas no Brasil. Soma-se a isso o fato de ser um

⁴⁴ In: **Jóias artesanais de Natividade**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2006 (Preservação e Desenvolvimento), p.29.

produto que tem um mercado próprio, com alcance social. A formação de mais ourives é importante e necessária, pois há a necessidade não só de aumentar a produção, mas também a de criar um estatuto jurídico para a Ourivesaria Mestre Juvenal. Porém, para que isso aconteça, são necessários ao menos 20 sócios. Em razão da produção irregular e do ainda pequeno número de joalheiros, é difícil encontrar produtos acabados nas oficinas, o que impossibilita manter um mostruário. Isso dificulta as vendas, pois o cliente, em geral, principalmente o que compra a varejo, o pessoal de fora, não se conforma em fazer apenas uma encomenda, não levando a jóia na hora da compra.

No processo de resgate da ourivesaria e das peças antigas e tradicionais um fato foi significativo. Simone ao buscar contato com familiares de antigos ourives, ganhou dos filhos do mestre Altino de Sena Fernandes, pequenas ferramentas de ferro decisivas para a confecção do peixinho. O resgate dessa peça principalmente em razão da articulação de seu corpo foi difícil para os atuais ourives conforme aponta mestre Wal em sua fala:

Com minha sociedade de Bisa e minha, Simone nos chamou para resgatarmos as jóias... se tínhamos interesse de resgatar os peixinhos..eles já não eram mais feitos ... ninguém fazia mais os peixinhos..foi uma das peças que nós mais apanhamos para aprender a fazer..hoje não estamos 100% mas estamos dentro de uma qualidade razoável. Nisso ela resgatou e resolveram ensinar mais pessoas..hoje ensinamos 12 alunos na oficina escola

Nas entrevistas feitas com os mestres ourives, é possível refazer alguns caminhos importantes que indicam a joalheria como uma expressão da identidade social e cultural daquela localidade, para além da atividade econômica que é. Para além dos mestres ourives, os habitantes da cidade reconhecem na joalheria produzida na cidade uma espécie de símbolo de pertencimento cultural. Nas festas em Natividade, como a do Divino e a da Padroeira, não são ostentadas jóias produzidas em outros lugares. Nos colos, mãos, orelhas e punhos vêem-se os corações nativos, as pombinhas do Divino, o globo, a pulseira escrava, flores de maracujá, a peixa.

Relatos muito interessantes contido em um dos vídeos⁴⁵ elaborado pela equipe apontam esta questão do sentido do uso das jóias.

Mestre Jesumar Batista fala sobre o uso das jóias:

45 Vídeo TO010007F1A2 nº42 Ourivesaria / Natividade Tocantins

Os fazendeiros... quando era assim perto da festa do Divino, vinham tudo impecável usavam jóias mesmo... crucifixos, pulseiras (...) Minha mãe usava um crucifixo de umas 80 gramas... assim desse tamanho. Tinha tipo uma competição entre as famílias... quem usava as jóias mais bonitas... pulseira escrava... de 4 gomos... de filigrana... era lindo o negócio...

Belarmino Rumão folião do Divino e catireiro reflete a respeito do sentido do uso das jóias e aponta:

a ourivesaria tem um sentido muito profundo na vida do povo de natalidade... até porque na época da festa do Divino, da Padroeira, as pessoas se enfeitam de ouro, mostrando o poder... por que o ouro representa poder... então as pessoas que tem poder aquisitivo, que tem condições de ter jóias se enfeitam naquela época para destacar a tradição... o que Natalidade muito produziu que é o ouro e acima de tudo a sua cultura artesanal. Então o pessoal se enfeita para homenagear o Divino e mostrar o seu poder...

Padre Joatan Bispo por sua vez também se refere ao uso das jóias e sua relação com as celebrações :

Quando é que o povo vergava suas jóias... no dia da festa do Divino e da Padroeira, missa era dias de um desfilar das jóias... então a relação está no valor do ouro... é um dia importante... é bom que se leve o ouro, ele então traduz esse sentimento que está no homem, de um louvor a Deus... de um sei lá mais elevado (...) talvez nem todos que levassem o ouro no pescoço percebessem tudo isso... mas creio que a relação é essa... celebrar o sentido maior da festa... do templo... do triunfo... o ouro é como se fosse um sentido pleno do final da vida..

Simone Camelo Araújo também faz referência ao uso e confecção das jóias:

além da questão da culinária... nós temos também essa questão do uso das jóias... então tem peças do Divino... á vezes se cria peças novas... sempre se mostrando o Divino Espírito Santo como centro... então é a época que nós nos vestimos todos do Espírito Santo... nós usamos as jóias. Se confeccionam o biscoito... você vive aquela festa o Divino Espírito Santo ornado... então a festa do Divino, ela não só usa o Divino como pingente... mas usa toda aquelas jóias... jóias com filigrana... em detalhes... coração... crucifixo... a peixa... Vem todas as características como esse ornamento...

O uso do ouro traduz este sentimento de louvor a Deus... a relação é esta para celebrar o sentido maior da vida do povo, que vai pra mesa do Divino são as pombinhas do Divino...

Temos também o uso das jóias... você vive o Divino Espírito Santo ornado... com todas as características que mostram como o povo se ornamenta...

Não se pode circunscrever ao século XVIII somente a importância do artefato em ouro e prata. Os metais são de importância perene, haja vista o papel, na História Econômica, do padrão ouro, que estabelecia a formulação de sistemas monetários devido ao seu valor intrínseco.

O ouro encontrado no Norte de Goiás, no início século XVIII, era aluvional, e teve um rápido esgotamento, fazendo com que a região sofresse uma retração econômica a partir já do final dos setecentos. O ouro aluvional é mais superficial, sendo encontrado nas areias e cascalhos dos rios, em uma pequena profundidade. Os historiadores que tratam da formação deste território⁴⁶ citam o trabalho de extração do minério através da imagem de um número expressivo de escravos mergulhados nos rios, retirando enormes volumes de areia dos leitos. O esgotamento se deveu principalmente à falta de técnicas de prospecção capazes de encontrar os veios mais profundos que hoje são conhecidos na região.

A tradição de extração do ouro parece indicar mais um amlinho explicativo para a importância do ouro e sua extração para a cidade de Natividade e a região do entorno. Mesmo a atividade mais intensa ter declinado ainda no século XVIII, ao longo dos três séculos seguintes, locais de extração foram descobertos, acompanhando dois movimentos. Um deles pode-se pensar mais ligado à tradição cultural da região – o caminho do sonho do enriquecimento rápido, na garimpagem aluvional, que levava um contingente expressivo para esta região, no período colonial. O outro movimento, mais contemporâneo, refere-se à evolução das técnicas de prospecção e extração. As descobertas vêm acontecendo e impulsionando a prática extrativa da região.

A seguir duas falas significativas sobre esta questão:

Antigamente se socava estas pedras... hoje ainda se acha na região de natividade se encontra pilão de rocha da época dos bandeirantes... na época eles chegavam só até onde é o nível da rocha... quando se chega neste nível, daí é só por perfuração... com explosão (...) onde a pedra é quebrada para se extrair... os bandeirantes deixou a trilha pra gente... então onde eles passaram tem um rastro... se brinca e se pergunta como eles sabiam⁴⁷ ...

o ouro tem sido sazonal... tem épocas que a produção aumenta que passa a gerar emprego, a gerar uma renda maior... então ela fomenta o comercio, fomenta outras atividades, geração de empregos... não diretamente com recursos para o município por não ter um recolhimento contínuo ao município... mas não deixa de ser uma atividade importante... a gente percebe que há hoje o interesse de empresas legalmente constituídas em estar aí explorando⁴⁸ ...

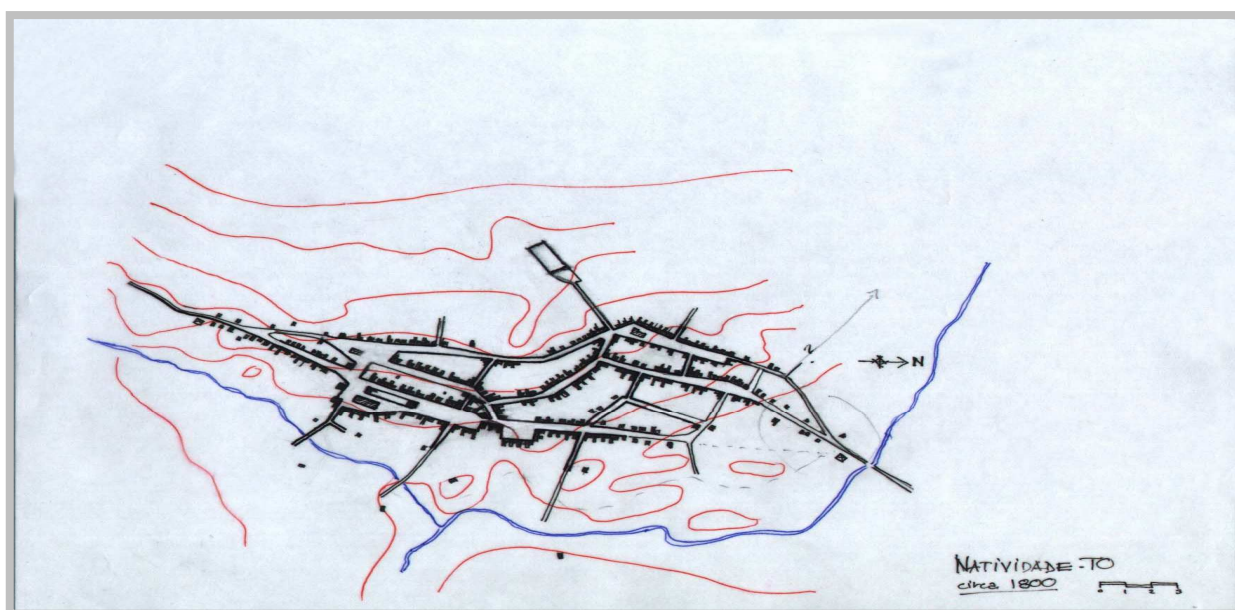
46 Entre os historiadores citamos: Temis Gomes Parente, Luis Palacín, Juciene R. Apolinário, Gilka V. F. Salles

47 Adelmo garimpeiro entrevista TO010007F1A2A n°34A64

48 Prefeito Albany em entrevista no vídeo TO010007F1A2 n°42 Ourivesaria / Natividade Tocantins

O período do século XVIII e parte do XIX referente à mineração e à pecuária deixou marcas em Natividade que foram objeto de estudo que resultou, em 1987, no Tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade. No núcleo que foi objeto de preservação, os estudos identificaram as seguintes referências que tornaram a cidade um centro de interesse para a história de Goiás (àquela época) e do Brasil, especificamente, como marcas do processo de construção do território:

Identificamos nesse núcleo a presença de diferentes fases de ocupação: - os vestígios de canalização e de abrigos localizados na Serra de Natividade, remanescentes da atividade aurífera que deu origem à cidade; - a estrutura urbana original do núcleo, que se encontra praticamente íntegra, isto é, sem superposições posteriores, contando apenas com alguns acréscimos, surgidos em função de novos usos; - e uma área de ocupação mais recente, situada a Oeste do núcleo original, cuja localização, fora do núcleo histórico, além de estabelecer o crescimento da Cidade em uma direção já determinada, traz a vantagem de não interferir na paisagem que se pretende preservar.⁴⁹



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, 2005, p. 58

O núcleo tombado

⁴⁹ Informação no. 79/85. Pedido de tombamento do Conjunto Urbanístico Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Natividade, 1985, p. 115.

No processo de tombamento do núcleo histórico estão 260 unidades, segundo consta da parte intitulada “Condições de parcelamento e implantação. Características arquitetônicas”. No documento, à página 139, são assim caracterizadas as edificações:

As edificações do núcleo antigo, todas térreas, podem ser classificadas, basicamente, em dois tipos que pertencem ou repetem a tipologia de arquitetura residencial correspondente a dois períodos econômicos importantes pelos quais passou a cidade: – o primeiro período, relativo à época e fundação da Cidade (século XVIII), correspondem as fachadas mais ornamentadas.⁵⁰

Na ficha referente ao casario de Natividade pode ser encontrada a colocação do Professor Nireu Cavalcanti: referente a arquitetura vernacular que ele aponta ser características de localidades como a de Natividade:

As edificações do centro histórico de Natividade⁵¹ formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular - com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico. O sítio histórico tombado corresponde ao Centro histórico da cidade.⁵² O vernacular é uma linguagem sem a autoria ou orientação formal de arquitetos, é uma expressão do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais de construção por uma comunidade ou grupo social, de modo que seus autores são anônimos – escravos, mestres de obras e pedreiros. Natividade é um exemplar que conserva sua unidade formal e estética dentro dessa linguagem, que predomina no conjunto das edificações de uso residencial e comercial.

De acordo com o Professor Nireu Cavalcanti:

No período colonial foram projetistas os engenheiros militares (formados nas Aulas de Fortificações ou Academias Militares, iniciadas na última década do século XVII, primeiro em Salvador, na Bahia e depois no Rio de Janeiro) – a maioria dos profissionais que atuaram no Brasil –, os arquitetos (com formação nas obras reais ou em atelier de outros profissionais), os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ou os artistas pintores, entalhadores etc. Até mesmo profissionais de outras áreas, como ourives ou mesmo um leigo, poderiam projetar. Para construir, entretanto, era necessária a presença de mestres-de-obras como responsáveis. Eram profissionais pertencentes às Irmandades que congregavam aquela especialidade (pedreiros, carpinteiros eram filiados à Irmandade de São José, os ferreiros à de São Jorge etc.), e devidamente registrados na Câmara de Vereadores da vila ou da cidade.

Além desses cursos formais, cada engenheiro militar ou arquiteto que viesse trabalhar no Brasil recebia um adicional no salário para ensinar suas profissões a alunos locais. Os mestres pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores que dominavam o desenho arquitetônico e de fortificações poderiam lecionar Arquitetura em suas oficinas. Os que estavam a serviço das obras reais trabalhavam em todo o território de Portugal e de suas colônias. Assim, poderia um profissional que passou em Goa, em Macau vir projetar um forte na Amazônia, ou no Rio de Janeiro. Ou vice-versa.

Alguns desses profissionais que vieram trabalhar no Brasil eram estrangeiros de origem italiana, francesa, alemã, sueca etc., trazendo para cá os conhecimentos arquitetônicos de sua formação de origem.

As leis reais, como as chamadas Pragmáticas, proibiam o uso nas construções não religiosas de materiais de revestimentos ou decorativos que contivessem ouro ou prata, ou que os imitassem, de tecidos ou papel importados, pinturas, ou qualquer outro elemento que denotasse luxo nas construções. Tudo isso era liberado para as obras de igrejas, conventos etc., o que explica a pujança e riqueza ornamental desses prédios.⁵³

50 Informação nº 79/85 referente ao Pedido de tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Natividade/GO, de 1985, p. 136.

51 Informações extraídas da ficha de edificações referente ao casario. Ficha TO010007F3002

52 Sítios Históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, programa monumenta, 2005.

53 Arquitetura no Brasil, Nireu Cavalcanti, disponível em: <http://catalogos.bn.br/redememoria/arquitetura.html>

Quanto às igrejas:

A implantação das unidades, situadas lado a lado difere bastante da implantação dos edifícios públicos, sobretudo as igrejas, situadas isoladamente na paisagem.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade e a Capela de São Benedito repetem o partido geral de igrejas do século XVIII em planta (nave, capela-mór e corredor lateral que dá acesso à sacristia) e fachada (torres laterais – campanário e frontão triangular).

Obra inacabada da igreja de Na. Sra. Do Rosário (concluídas as paredes da capela-mór), foi mencionada por viajantes e cronistas que estiveram em Natividade no século XIX, como sendo, se concluída, uma das melhores obras ou talvez a principal da província⁵⁴

Segundo Napoleão Araújo de Aquino, há uma urbanização bastante característica da mineração, onde “implanta-se uma capela” em local destacado. Em seu estudo sobre os vários períodos de urbanização da região do Tocantins, afirma o autor, quanto ao local tradicional da capela e sua característica:

Em um local mais alto e plano, com a mesma rusticidade das habitações (...) dedicada à invocação do santo do dia da instalação do assentamento (...). À medida em que o núcleo se consolidava, essas capelas-ranchos eram substituídas por construções mais estáveis, com a utilização de materiais de reconhecida durabilidade⁵⁵

O passado da coletividade ligado à mineração é referido em cada fala dos habitantes de Natividade, e, principalmente, quando estes se referem à Serra, onde a cidade nasceu, sob a forma de Arraial. As ruínas do Arraial que se encontram na Serra são os vestígios de canais e dutos de água, utilizados na extração do ouro⁵⁶. No processo de tombamento que teve sua finalização em 1987, a Serra constava do entorno que compõe o conjunto tombado, em uma proposta bastante inovadora em relação à atividade de preservação, que aliava paisagem natural e construída.

⁵⁴ Idem, ibidem, p. 136

⁵⁵ In: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA428-05032006-211835.doc. Último acesso: 21/05/2008

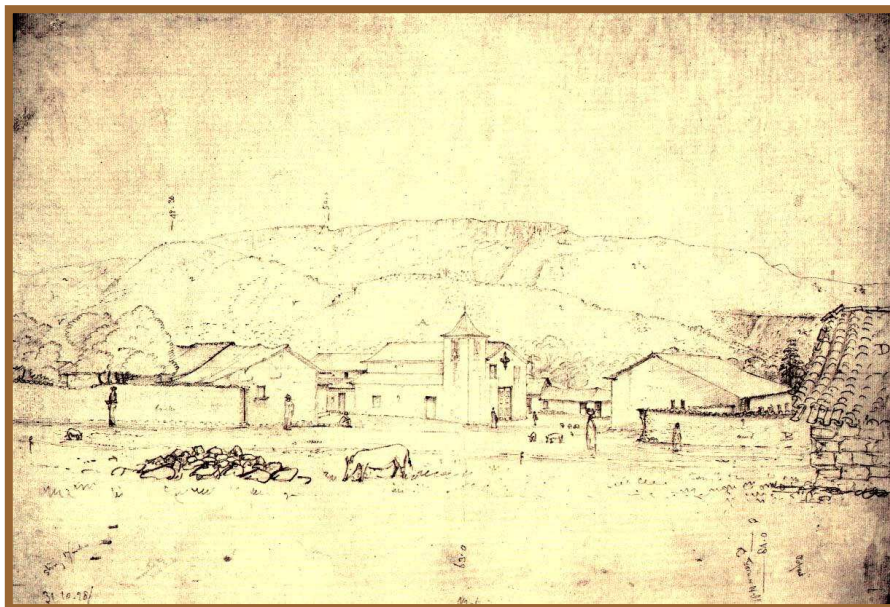
⁵⁶ Segundo a Informação nº 79/85 referente ao Pedido de tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Natividade/GO, de 1985, p. 02, há a seguinte proposta do conjunto – centro histórico e entorno –:

“Verificou-se também a vinculação histórica entre o Núcleo urbano e a Serra de Natividade, por guardar, esta última, os remanescentes da atividade que deu origem à cidade (diques, canais, etc. – necessários ao desenvolvimento da mineração), de abrigos, pertencentes presumivelmente aos escravos (...). Cabe-nos ressaltar que, além da vinculação histórica existente entre o Núcleo Urbano e a Serra de Natividade, esta última é um importante elemento geográfico e paisagístico da área.”

Pode-se, então, referir três momentos importantes do processo de preservação e resgate dos bens culturais em Natividade. O primeiro data da década de 1980, com o tombamento do centro histórico e parte da Serra de Natividade. Recentemente, a cidade foi contemplada com o Programa Monumenta do Ministério da Cultura que entregou à comunidade nativitana, nas comemorações dos seus 273 anos, em 1º de junho de 2007, alguns dos principais pontos de seu patrimônio restaurados: a pintura interna e a substituição do piso da Igreja Nossa Senhora de Natividade e as praças do Largo do Rosário e do Largo da Matriz.

O segundo momento se refere aos primeiros movimentos relativos ao resgate da ourivesaria nativitana, alguns anos depois do falecimento de mestre Juvenal em 1979 e que redundaram no projeto Monumenta, de 2004 de resgate das técnicas e formas típicas da ourivesaria local. Houve um trabalho de cerca de uma década de fortalecimento e reorganização da ourivesaria da cidade. Foi constituída a oficina do Mestre Juvenal e mestre Jesumar também retorna a cidade e monta sua oficina.

O terceiro momento é o atual, quando o levantamento realizado através das categorias do INRC informa os graus variados de pertencimento da jóia nativitana na comunidade. Vistas em um âmbito geral, as referências culturais dão a conhecer como a cidade de Natividade se reconhece na joalheria ali produzida, e como o ofício da ourivesaria na comunidade é visto como um saber tradicional.



J. E. Burschel, desenho a lápis, século XVIII. Fonte: BOR/UFOP

*

Natividade

*

1- Os perfis de Natividade e apresentação das fichas.

Vila de Nossa Senhora de Natividade, Mãe de Deus, Arraial de São Luiz e finalmente Natividade⁵⁷. Estes são os nomes da atual cidade que se situa na Mesorregião oriental do Tocantins. Natividade pertence à microrregião de Dianópolis, formada por dezenove municípios.⁵⁸ São eles: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada de Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério de Natividade, Taguatinga e Taipas do Tocantins.^{59 60}

Natividade é encontrada em diversos sítios da Internet, a partir de variadas entradas. Em <http://eco.tur.br/ecoguias/jalapao/roteiros/natividade/natividade.htm> a cidade está inserida no roteiro do ecoturismo na rota do deserto do Jalapão e também no roteiro do *rally* dos sertões de 2005, como mostra o *site* do evento⁶¹.

Outras cidades, como Vila Boa de Goiás e Príncipe, fazem parte dos roteiros do ecoturismo, bem como os rios da região, entre eles, por exemplo, o rio Vermelho, em Goiás, descoberto também no contexto da interiorização do Brasil e da descoberta das minas de ouro. Seu nome provém das lavras de mineração que avermelhavam as areias fluviais.

⁵⁷ <http://www.to.gov.br/Festa+de+Nossa+Senhora+da+Natividade> Último acesso em 12/06/2008

⁵⁸ Vide Ficha sítio 010007F1001

⁵⁹ In: <http://www.citybrazil.com.br/to/regioes/dianopolis/> Último acesso em 16/05/2008. Estas informações também se encontram na ficha de identificação do sítio: 010007F1001

⁶⁰ É interessante a referência ao antigo mapa, antes da criação do Estado do Tocantins, quando Natividade era assim caracterizada: “o município, com superfície de 8.812km², está localizado no norte do Estado de Goiás, inserido na Mesorregião de Norte Goiano e na Microrregião da Serra Geral de Goiás, juntamente com os municípios de Almas, Arraias, Aurora do Norte, Campos Belos, Conceição do Norte (...) Pertence, pela sua posição geográfica, à chamada região das Chapadas, e está situado a aproximadamente 11°39’ de latitude sul de 47° 48’ WGr de longitude. Tem como limites os municípios de Porto Nacional (Norte), Paranã (Sul) Dianópolis (Leste) e Peixe (Oeste).

Distante 894km da capital estadual e 2472km da capital federal, o município é constituído do Distrito Sede e o de Almas, além dos povoados de Apinagés, Amarantes, Bonfim, Chapada, Pindorama, Príncipe, Serrinha, Rio da Conceição e Santa Rosa e é banhado pelos rios Surubim, Manoel Alves e São Valério”. In: SANTOS, Helena Mendes. Descrição geográfica, urbanística e arquitetônica. DTC/SPHAN, 1985, p. 126.

⁶¹ http://www.vipcomm.com.br/assessoria/indexphp?destiono=noticia&cod=28destino_cod=48 Último acesso em 15/05/2008

O acesso a Natividade se dá principalmente através de dois segmentos, segundo o trabalho de Vergílio A. Radaelli a respeito das possibilidades econômicas da área onde está a cidade:

O primeiro quase integralmente no Estado de Goiás, em 530 km de rodovias asfaltadas, até Alvorada do Tocantins, em dois subtrechos: os 90 km iniciais pela GO-080, até o entroncamento com a rodovia Belém-Brasília nas proximidades de Jaraguá e os demais 440 km, deste local, pela BR-153, até aquela cidade. O segundo [segmento] inteiramente no Estado do Tocantins composto pelos itinerários; Alvorada em direção a NE, até a interseção com a rodovia TO-220, nas circunvizinhanças de Peixe, por 110 km de estrada sem asfalto (TO-339), a partir de onde se atinge Natividade, por 100 km de rodovia recentemente asfaltada.⁶²

A malha viária do Estado do Tocantins, em 2000, incrementava-se, e foram asfaltados os trechos Gurupi-Dianópolis, “que permitem o acesso ao litoral (Salvador-BA), e da capital do Estado do Tocantins (Palmas) a Arraias (rodovia Luiz Carlos Prestes), como parte final da ligação a Brasília, ambas se entrecruzando em Natividade”⁶³.

Com a criação do Estado do Tocantins, em fins da década de 1980, a organização econômica do novo espaço político demandou uma ação de organização, redefinidas as fronteiras. A agricultura teve uma expansão importantíssima, bem como a pecuária, que ainda apresenta formas tradicionais de criação. As atividades tradicionais, além da pecuária, voltaram à discussão, mas em um foco da modernização. O ouro da região amazônica representou, durante a década de 1980, a promessa de enriquecimento para muitos, e, desde o primeiro processo de expansão nos séculos XVI a XVIII as atividades de mineração e da pecuária sempre estiveram presentes na região que começa no norte da região Sudeste e se estende até a região Norte.

A década de 1990 é muito importante para Natividade devido não só ao início do resgate de formas identitárias importantes, como a ourivesaria e a festa do Divino, mas também pelo fato de, com o início do novo Estado, as possibilidades da mineração no local, como mostra o estudo intitulado **O ouro de Natividade - Estado do Tocantins**, publicado em 2000. O estudo, iniciado em 1993, refere-se ao Projeto Natividade, e teve

⁶² In: RADAELLI, Vergílio A. **O ouro de Natividade- Estado do Tocantins**. Goiânia: CPRM, 2000, p. 02

⁶³ Idem, ibidem, p.02

como resultado o documento que constitui o Informe de Recursos Minerais. O estudo pôde re-inserir a mineração no contexto de Natividade. Segundo seu autor, de acordo com as formas geológicas pôde-se constatar a ocorrência de determinados minerais no solo da região:

A geração e o trapeamento de fluidos hidrotermais estariam associados a fases ligadas à evolução temporal da faixa dos Lineamentos Transbrasilianos. Por sua vez, no que concerne à evolução geológica de tal megaestrutura, os eventos a ela relacionados estariam representados pelas cicatrizes remanescentes, gravadas nos Terrenos Granitóide-Gnássico-Migmáticos, como produto das diversas orogêneses assíncronas de amplitude regional que afetaram as seqüências supracrustais (grupos Araxá Arai, Natividade, etc). (...) Mais tardiamente, e em condições menos intensas de temperatura e pressão (fácies xistos-verdes), as reativações subseqüentes do Sistema Transbrasiliano, através dos mesmos processos geológicos, teriam propiciado as acumulações quartzo-auríferas que, embora esparsas, estão, entretanto, com freqüência presentes regionalmente.⁶⁴

Para o levantamento do INRC este estudo é importante não só devido à caracterização da área, em sua morfologia e potencial minerador, mas pelo que indica como perspectiva para a compreensão da reorganização econômica de Natividade, tendo a ourivesaria, neste contexto, um aspecto importante, no que tange aos aspectos de produção mais estruturais, entre eles a própria matéria-prima. Sabe-se que o ouro atualmente utilizado pelas oficinas é extraído nas imediações da cidade. O estudo parte do aspecto morfológico da região para a realização da prospecção e avaliação das reservas⁶⁵.

⁶⁴ Idem, ibidem, p.07

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 02

2- Aspectos da Paisagem: a região

A parte sul-oriental do Estado do Tocantins está inserida no bioma cerrado, fazendo parte de um conjunto de estados da Federação com os quais também partilha aspectos culturais, como a formação do território⁶⁶. Este bioma abrange cerca de 205,9 milhões de hectares, de acordo com o Relatório Final do Projeto Executivo Edital Probio/2007⁶⁷ e dos dados do IBGE⁶⁸ e o seu complexo vegetacional é composto pelas seguintes formações:

Florestais, com formação de dossel contínuo ou descontínuo e predomínio de espécies arbóreas; savânicas, com presença de áreas com árvores e arbustos espalhados sobre um estrato graminoso, sem a formação de dossel contínuo; e campestre, que engloba áreas com predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas, mas sem a presença de árvores na paisagem⁶⁹

A transformação da paisagem é expressiva no cerrado brasileiro, e a tabela abaixo evidencia a pressão que a fronteira agrícola vem exercendo na mudança de hábitos econômicos da região.

⁶⁶ Programa Bioma Cerrado- área de abrangência. Do anexo mapas de referências geográficas constam os mapas de abrangência do cerrado, solos, geologia e geomorfologia.

⁶⁷ In: Relatório Final Edital Probio 02/2004. Brasília/DF, 2007, p. 09

⁶⁸ Apud: Relatório Final Edital Probio 02/2004. Brasília/DF, 2007, p. 09

⁶⁹ Idem, ibidem.

Tabela 3. Cálculo de área ocupada por cobertura vegetal natural e antrópica em cada unidade federativa coberta pelo bioma Cerrado.

Estado	Porcentagem do Bioma no Estado (%)	Cobertura Vegetal Natural (ha)	Cobertura Vegetal Antrópica (ha)	Formação Florestal (ha)	Formação Savânica (ha)	Formação Campestre (ha)	Cobertura Vegetal Natural (%)
SP	33	1.078.716	6.934.203	833.387	210.441	34.888	13
PR	2	118.692	255.565	20.558	14.048	84.085	32
MS	61	6.935.404	14.722.762	2.867.267	3.599.826	468.311	32
DF	100	213.527	362.138	44.645	162.718	6.164	37
GO	97	14.706.696	18.180.482	2.929.033	11.090.161	687.502	44
MG	57	17.794.873	15.418.690	3.279.762	11.322.147	3.192.964	53
MT	40	23.740.333	12.148.095	7.717.102	15.868.080	155.151	66
BA	27	11.209.896	3.963.095	3.333.902	7.357.605	518.389	74
TO	92	20.251.786	4.838.460	4.639.932	13.362.688	2.249.165	79
MA	65	18.753.706	2.318.028	12.337.965	6.032.951	382.790	89
PI	37	8.590.582	758.423	2.319.035	6.210.085	61.462	91

Fonte: Relatório Final Edital Probio 02/2004. Brasília/DF, 2007, p. 09

As políticas de preservação dos biomas têm cada vez mais um olhar voltado para a preservação das comunidades tradicionais que habitam estes espaços, como as comunidades quilombolas e as indígenas. Assim, acentua-se o convívio de espaços que informam práticas e saberes tradicionais com técnicas e exigências atuais. Apesar da transformação acelerada vista hoje na região do Tocantins, antigo Norte Goiano, a pecuária foi expressiva no século XIX em toda a região Norte, e, ainda segundo a Descrição Geográfica, urbanística e arquitetônica de Natividade, tal atividade promoveu o isolamento da região norte de Goiás⁷⁰, e talvez tenha significado o emblema da região por longos anos, antes do avanço da fronteira agrícola.

Quanto ao relevo, a região de Natividade possui feição aplainada, e

elevações isoladas de porte considerável, como o morro do Socavão e a Serra de Natividade, que alcançam até cerca de 300m acima da planície regional. Estes acidentes geográficos são constituídos por restos erosivos, originados pelo recuo de escarpas de quartzitos do grupo Natividade, cujas decomposições finais proporcionaram também os extensos solos arenosos das zonas baixas.⁷¹

Segundo o **Atlas do Tocantins**, a área onde está situada Natividade possui “declive igual ou superior a 5%” e a “predominância é de áreas com declive suave, nos quais, na

⁷⁰ SANTOS, Helena Mendes. Descrição geográfica, urbanística e arquitetônica. DTC/SPHAN, 1985, p. 125.

⁷¹ RADAELLI, Vergílio A. **O ouro de Natividade- Estado do Tocantins**. Goiânia: CPRM, 2000, p. 5

maior parte dos solos é lento ou médio. O declive, por si só, não impede ou dificulta o trabalho de qualquer tipo de máquina agrícola mais usual”.⁷²

Quanto à irrigação, Natividade é banhada, segundo o estudo **Descrição geográfica, urbanística e arquitetônica** por três rios: Surubim, Manoel Alves e São Valério e possui, segundo a descrição geográfica, urbanística e arquitetônica, um córrego que desce da Serra de Natividade, o Santo Antônio ou córrego da Praia, e este é o que abastece a cidade.⁷³

⁷² **Atlas do Tocantins**. SEPLAN, 2005, p. 24.

⁷³ SANTOS, Helena Mendes. *Descrição geográfica, urbanística e arquitetônica*. DTC/SPHAN, 1985, p. 126.



Mapa das capitanias. Guia dos caminantes. Autoria: Pardo, o Velho. Biblioteca Virtual da Cartografia do Século XVI ao XVIII.

Alarico: E ficou essa marcação, que eu encontrei num arquivo em 1720, em 1720 Natividade despedia provisões, quer dizer em 1720 Natividade era adulta, e a história de Natividade, ela é muito mais velha do que o que dizem.

(...)

E: E essa casa aqui é da sua família?

Alarico: Não essa casa aqui é a história do homem, do Joaquim.

E: Sim. Mas como é que ela veio parar na sua mão?

Alarico: Acidentalmente, porque quando, essa história é complicada né, tiveram uma cidade como Natividade ela é uma cidade muito, pode se dizer histórica né, porque aqui é uma trajetória vinda da Bahia. Como se diz lá, dá... temos... muita história da trajetória do senhor Pedro Alves Cabral quando acidentalmente também descobriu o Brasil e a Primeira bandeira que saiu desse movimento de Pedro Alves Cabral foi da Bahia. E dali marcha para o oeste e seguiu aqui até Mato Grosso. Tanto que eu considero Natividade umas das mais velhas cidade do Brasil.

E: Por quê? Por causa dessa história?

Alarico: As descobertas do senhor Pedro Alves Cabral né.

E: Na Bahia?

Alarico: É... que primeiro ele avistou...

E: Pascoal.

Alarico: O monte Pascoal e também pisaram em terra segura em Porto Seguro e dali veio a trajetória dos imigrantes pra explorar o ouro que existia na região e vieram para Natividade, tanto que aqui esta serra todinha é ourive né...toda removida através desses escravos na exploração do ouro.

E: O senhor usava as jóias em festas? A sua família gostava das jóias de Natividade?

Alarico: Não, eu usei algumas jóias... mas com a situação da gente que vai aumentando, a família minha é muito estudiosa porque eu tive com os dois casal, com duas mulheres eu tive dezesseis filhos, tive mais, que era pra ser mais ou menos uns vinte filhos né. Tem vivo hoje dezesseis e tem aproximadamente uns cinquenta netos com bisnetos, então essa casa é um verdadeiro movimento aqui.

E: Certo. Me fale dessa época que o senhor foi escrivão. O que aconteceu em cinquenta aqui nessa cidade? Como que era essa cidade?

Alarico: A cidade era considerada como uma das verdadeiras cidades e aqui ... com o evento dá... no correr, veja bem o problema do... De diversas cidades ...mas a mais velha era considerada Natividade né. Como ela ficou numa posição muito mal colocada territorialmente falando, o movimento ficou naquela região e pra cá também e aqui ficou um verdadeiro desprezo. Natividade ficou só com a história, porque... com esse movimento de escravos, ali tinha o movimento fluvial, né. E aqui ficou quase abandonado né. mas aos poucos vai chegando. Ali em Dianópolis por exemplo é uma cidade que veio muito depois de Natividade mas em compensação tem desenvolvido mais por causa do processo da representação.

O depoimento do Sr. Alarico, escrivão aposentado e morador de Natividade, ilustra a preocupação em relação ao conhecimento do início da cidade. Relacionando as bandeiras com a mineração, Sr. Alarico destaca o papel da ourivesaria neste contexto.

Iniciam-se de fato as primeiras incursões rumo Goiás no século XVII, onde, quando da descoberta de ouro nestas terras, em 1725, já existiam trilhas. Segundo Lucila Reis Brioschi “a antiga ligação dos paulistas com as terras dos índios goiases ganhou foros de Estrada ou Caminho”⁷⁴ Assim, a estrada do Anhanguera saíra de São Paulo “em

⁷⁴ BRIOSCHI, L. R. (BRIOSCHI, L. R, p. 46).

direção a Jundiá, dirigindo-se em seguida para Mojimirim, Mojiguaçu e Casa Branca. Depois desse percurso feito no sentido sul-norte, o caminho tomava a direção noroeste”⁷⁵.

Quando Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, pôs-se a caminho ao norte da Capitania de São Paulo não teve maiores dificuldades em chegar ao rio Grande, e, em 1726, o descobridor de ouro em Goiás e seu genro receberam uma sesmaria no Caminho de Goiás. A possibilidade de enriquecimento através do ouro provocou uma rápida conquista do território, e, segundo Lucila R. Brioschi, entre 1727 e 1736,

foram feitos cerca de 69 registros de sesmarias ao longo do Caminho, além das concessões feitas aos descobridores das minas de Goiás. No momento em que a ocupação se acelerava, posseiros de longa data também tratavam de legalizar o uso de suas terras, como Marta de Miranda del Rey, que em 1726 solicitava uma sesmaria no Caminho de Goiás, declarando cultivar as mesmas terras ‘havia dezanove anos’. A maioria simplesmente alegava já se encontrar no local plantando roças e criando gado, na qualidade de novos moradores. Todos buscavam situar suas atividades em algum ponto do trajeto dos viajantes, da circulação do ouro e da possibilidade de algum comércio.⁷⁶

Ainda no que tange à fixação da colonização deste território da Estrada do Anhaguera, durante a década posterior à descoberta do ouro são concedidas praticamente todas as sesmarias e regulamentação de posses. Perto da metade do século XVIII até quase o seu fim (1790) há uma certa estagnação de produção e população.

Os destinos de São Paulo e o território que seria Goiás foram traçados, de certa forma, desde a administração de Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, que governara a capitania entre 1765 e 1775. Ao longo destes dez anos, Morgado de Mateus restabeleceu a capitania⁷⁷ e foi responsável pela fundação de cerca de vinte cidades. Entre as atribuições dadas pelo marquês de Pombal ao nobre português estavam a de proteger o sul das terras da colônia contra os espanhóis, ficar as fronteiras e expandi-las e mandar recursos para Portugal, principalmente para a devastada Lisboa, que se recuperava do terremoto de 1755. A fundação de cidades e arraiais encontrava-se

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 46

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 47

⁷⁷ São Paulo perdeu sua autonomia em 1748, participando da jurisdição do Rio de Janeiro. Em 1765, D. José I nomeou, então, Morgado de Mateus para administrar a capitania.

no rastro da estrada do Anhanguera, aberta em 1725, que cumpria um importante papel de articulação entre a bacia do rio Paraná e a das minas de Goiás.

Na segunda metade do século XVIII, portanto, quando a Capitania de Goyases já havia sido fundada, individualizando-se daquele território que estava confuso em relação às terras paulistas, as viagens pelas terras da Amazônia e Mato Grosso palmilharam por cerca de dez anos o que circundava Goiás⁷⁸.

Neste contexto, encontram-se as viagens filosóficas, que cumpriam um papel importante na administração colonial, neste momento pós-pombalino. A viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas terras do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá visava à preparação de produtos dessas terras para serem conhecidos na Metrópole, que fariam parte do acervo do Real Museu de Lisboa. A viagem, ainda, tinha como objetivo o conhecimento e ocupação do território, para que este fosse definitivamente incorporado à América portuguesa. Desta forma, o princípio do *utis possidetis* estaria garantido, para as terras amazônicas, e das terras auríferas de Mato Grosso e Cuiabá. O território, assim, ganhava forma e uso, e a América portuguesa ganhava seus contornos. A produção de conhecimento do território incluía a formação de mapas, além da produção de informações corográficas que permitiam a expansão e futura prospecção do território.

O amálgama entre a mineração e a conquista do espaço se mostra na documentação, principalmente naquela relativa ao Arquivo Histórico Ultramarino. Em uma carta enviada de Santa Ana, em 18 de maio de 1738, o superintendente das Minas de Goiás, Agostinho Pacheco Teles a d. João V, fala a respeito da devassa tirada nas minas do Tocantins pelo seu antecessor, Gregório Dias da Silva, além das inquietações dos habitantes das ditas Minas, devido ao valor da captação e por serem obrigados a captarem em Vila Boa. A resolução, então, foi a de igualar o valor da captação para as

⁷⁸ “Em carta régia de 11/02/1736: Dom João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África senhor de Guiné, etc. Faço saber a vós conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, que eu servido por resolução de 7 deste mês presente e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino passeis às Minas dos Goiás e nelas determineis o sítio mais a propósito para uma vila e procureis que seja o que parecer mais saudável, e com provimento de boa água e lenha e perto de um arraial que se ache já estabelecido, para que os moradores dele possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a vila e logo determineis nela o competente número de fregueses ainda que a povoação se aumente, e que façais delinear por linhas retas a área para as casas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a casa da Câmara e das Audiências e cadeia exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua eleição de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas, e junto da vila fique bastante terreno para logradouro público, e para nele se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras e deste terreno se não poderá em nenhum tempo dar de sesmaria ou aforamento parte alguma sem ordem minha que derogue esta, e os governadores poderão repartir de sesmaria toda a mais terra com as cláusulas e condições com que se dão as mais do Brasil, exceto na extensão de terra que se costuma dar a cada morador. **História Geral da civilização brasileira.** Apud: SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001, p.57.

Minas de Goiás, a partir da ordem expedida pelo governador e capitão-geral de São Paulo, o conde de Bobadela, para que se ocupasse da diligência das minas do Tocantins, e passasse às de São Félix. O objetivo era o de pôr em boa arrecadação a captação e censo e evitar os descaminhos do ouro. Em carta enviada em sete de novembro de 1743 do Pará, ao governador e capitão-geral daquela Capitania, João de Abreu de Castelo Branco, ao rei d. João V, em resposta à provisão sobre os descobrimentos de ouro no rio Tocantins, fomentado pelo governador de São Paulo e acerca do conflito de jurisdição entre as capitanias do Pará e Goiás.

Segundo Napoleão Araújo de Aquino, em seu estudo sobre o processo de urbanização do Tocantins⁷⁹, a ocupação desta região se diferenciou do restante da colônia portuguesa na América, à medida que se deu através da mineração e não da pecuária. O caráter efêmero da mineração, segundo o autor, em muitos lugares trouxe o desaparecimento rápido de muitos arraiais e vilarejos. Outros autores fornecem mais detalhes quanto ao processo de interiorização e ocupação do território que hoje é o Estado do Tocantins. De acordo com Temis Parente Gomes, as atividades econômicas fizeram com que as bandeiras também se diferenciassem no processo de interiorização do Brasil. Segundo a autora:

É importante diferenciar o bandeirismo preador de índios do bandeirismo prospector de metais: o primeiro predominou durante todo o século XVII e tinha como objetivo suprir a deficiência de mão-de-obra escrava africana, prejudicada pela guerra com a Holanda, sem ter a intenção de fixar-se nas regiões percorridas; o segundo (o bandeirismo prospector de metais e pedras preciosas, existente no final do século XVII e no início do século XVIII) tinha como objetivo descobrir metais nobres e preocupou-se em fixar núcleos estáveis e definitivos no interior do Brasil – Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás⁸⁰

A autora, no entanto, não nega a efemeridade de alguns núcleos urbanos no contexto da mineração, e destaca a diferença entre as minas de Goiás, das Minas Gerais de Mato Grosso, que é a da distância entre as minas no norte goiano, o que não acontecera em Minas Gerais e Mato Grosso. Temis G. Parente salienta que, a partir desta característica, era muito mais difícil para a Coroa a fiscalização da produção aurífera. Assim, foram

⁷⁹ In: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA428-05032006-211835.doc. Último acesso: 21/05/2008

⁸⁰ PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins Colonial**. Goiânia: Ed. Da UFG, 2007, p. 37

estabelecidas as casas de fundição, para que a arrecadação dos impostos tivesse sucesso. Em Goiás, a casa de fundição de Cavalcante foi “transferida de São Félix (...) em 1796. Foi extinta em 1807”⁸¹ e, antes, a de São Félix era encarregada pela arrecadação do Norte de Goiás⁸².

⁸¹ <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/clonia/casadefundicao.asp> Último acesso em 11/06/2008

⁸² Idem